



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO N.º 357, DE 2009
(Do Sr. Capitão Assunção e outros)**

Altera a redação do inciso LXI do art. 5º da Constituição Federal.

DESPACHO:
À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

APRECIÇÃO:
Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL
Art. 137, caput - RICD

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º, do artigo 60, da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Artigo 1º O inciso LXI do artigo 5º da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º.....

.....

LXI - ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo os militares das Forças Armadas, nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei;” (NR)

Art. 2º Esta Emenda entra em vigor na data da sua promulgação.

JUSTIFICATIVA

O Brasil é um Estado Democrático de Direito, segundo fundamento constante do seu corpo constitucional, mas, como conviver com esse Estado de Direito, quando o militar é tratado de maneira aviltante, pois em situação rotineira pode ser preso e perder o convívio do seu lar e dos seus parentes e amigos?

Como aceitar a situação antagônica de um policial prender um infrator da lei, que praticou um crime, e este sair da delegacia primeiro do que ele, e quando o policial chegar no quartel ficar preso por infração administrativa?

Alguns governos, como o do Estado do Rio Grande do Sul e Minas Gerais acabaram com a possibilidade de o policial ser preso por infração administrativa -como chegar atrasado ou estar com a farda amassada. Porém, para que essas medidas não sejam questionadas, precisamos consolidar estas alterações na Constituição e respeitando o princípio da isonomia estender aos demais militares estaduais.

Aliada aos baixos salários, a rigidez das normas das PMs é apontada por muitos estudiosos da segurança pública como um dos fatores de insatisfação da tropa e de violência policial. "O policial que chega atrasado pode pegar dez dias de prisão. O criminoso detido com uma arma raspada é liberado depois de pagar fiança", exemplifica o coronel aposentado José Vicente da Silva, do Instituto Fernand Braudel.

Hoje, a prisão administrativa pode durar até 30 dias, fato absolutamente injurídico e desproporcional tendo em vista a instituição do Juizado Especial Criminal.

Essa proposta não significa que os PMs não possam ser investigados e acusados - na Justiça- por crimes que tenham cometido. Mas impede que eles sofram restrição de liberdade que não seja motivada por flagrante ou por ordem judicial, direito assegurado a todos os cidadãos no artigo 5º da Constituição.

Certo da justiça contida na proposta, e que contamos com o apoio de nossos nobres pares para o aperfeiçoamento e a aprovação da presente Proposta de Emenda à Constituição.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 2009

Capitão Assunção
Deputado Federal – PSB-ES

Proposição: PEC 0357/09

Autor: CAPITÃO ASSUMÇÃO E OUTROS

Data de Apresentação: 23/04/2009 10:25:59 AM

Ementa: Altera a redação do inciso LXI do artigo 5º da Constituição Federal.

Possui Assinaturas Suficientes: SIM

Total de Assinaturas:

Confirmadas: 178

Não Conferem: 010

Fora do Exercício: 000

Repetidas: 006

Ilegíveis: 000

Retiradas: 000

Total: 194

Assinaturas Confirmadas

- 1-ANTÔNIO ANDRADE (PMDB-MG)
- 2-MAGELA (PT-DF)
- 3-ÁTILA LIRA (PSB-PI)
- 4-NELSON TRAD (PMDB-MS)
- 5-LEONARDO QUINTÃO (PMDB-MG)
- 6-ALINE CORRÊA (PP-SP)
- 7-PEDRO FERNANDES (PTB-MA)
- 8-CLÓVIS FECURY (DEM-MA)
- 9-ZEQUINHA MARINHO (PMDB-PA)
- 10-ZÉ GERALDO (PT-PA)
- 11-NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP)
- 12-JÔ MORAES (PCdoB-MG)
- 13-FÉLIX MENDONÇA (DEM-BA)
- 14-PAULO PIAU (PMDB-MG)
- 15-LUIZ CARREIRA (DEM-BA)
- 16-MANOEL JUNIOR (PSB-PB)
- 17-PEDRO CHAVES (PMDB-GO)
- 18-DELEY (PSC-RJ)
- 19-LUCIANA GENRO (PSOL-RS)
- 20-FERNANDO COELHO FILHO (PSB-PE)
- 21-TATICO (PTB-GO)
- 22-MARCIO JUNQUEIRA (DEM-RR)
- 23-DÉCIO LIMA (PT-SC)
- 24-DAMIÃO FELICIANO (PDT-PB)
- 25-LINDOMAR GARÇON (PV-RO)
- 26-AUGUSTO FARIAS (PTB-AL)
- 27-LÚCIO VALE (PR-PA)
- 28-CAPITÃO ASSUMÇÃO (PSB-ES)
- 29-LELO COIMBRA (PMDB-ES)

30-RATINHO JUNIOR (PSC-PR)
31-ANTONIO BULHÕES (PMDB-SP)
32-EDINHO BEZ (PMDB-SC)
33-ENIO BACCI (PDT-RS)
34-MARCOS MEDRADO (PDT-BA)
35-LUIZ SÉRGIO (PT-RJ)
36-ROGERIO LISBOA (DEM-RJ)
37-PASTOR MANOEL FERREIRA (PTB-RJ)
38-JURANDIL JUAREZ (PMDB-AP)
39-ODAIR CUNHA (PT-MG)
40-LUIZ BITTENCOURT (PMDB-GO)
41-NELSON MEURER (PP-PR)
42-POMPEO DE MATTOS (PDT-RS)
43-ROBERTO BRITTO (PP-BA)
44-EDIGAR MÃO BRANCA (PV-BA)
45-ELIENE LIMA (PP-MT)
46-ARNON BEZERRA (PTB-CE)
47-MANATO (PDT-ES)
48-PAULO PIMENTA (PT-RS)
49-ARIOSTO HOLANDA (PSB-CE)
50-PAULO RUBEM SANTIAGO (PDT-PE)
51-AELTON FREITAS (PR-MG)
52-VALADARES FILHO (PSB-SE)
53-OSMAR JÚNIOR (PCdoB-PI)
54-JERÔNIMO REIS (DEM-SE)
55-MILTON MONTI (PR-SP)
56-FILIPE PEREIRA (PSC-RJ)
57-JOSÉ FERNANDO APARECIDO DE OLIVEIRA (PV-MG)
58-VELOSO (PMDB-BA)
59-GERALDO SIMÕES (PT-BA)
60-ACÉLIO CASAGRANDE (PMDB-SC)
61-ALEX CANZIANI (PTB-PR)
62-CELSO MALDANER (PMDB-SC)
63-JAIME MARTINS (PR-MG)
64-MOISES AVELINO (PMDB-TO)
65-JOÃO DADO (PDT-SP)
66-NEILTON MULIM (PR-RJ)
67-MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL)
68-LUIZ CARLOS BUSATO (PTB-RS)
69-EUDES XAVIER (PT-CE)
70-ILDERLEI CORDEIRO (PPS-AC)
71-CHICO DA PRINCESA (PR-PR)
72-MENDES RIBEIRO FILHO (PMDB-RS)
73-JOAQUIM BELTRÃO (PMDB-AL)
74-CIRO PEDROSA (PV-MG)
75-EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB-CE)
76-MARCELO TEIXEIRA (PR-CE)
77-VILSON COVATTI (PP-RS)
78-MÁRCIO FRANÇA (PSB-SP)
79-ELISEU PADILHA (PMDB-RS)
80-PAULO ROBERTO (PTB-RS)
81-VICENTINHO ALVES (PR-TO)
82-SEBASTIÃO BALA ROCHA (PDT-AP)
83-JOSÉ OTÁVIO GERMANO (PP-RS)

- 84-ANTONIO FEIJÃO (PSDB-AP)
- 85-GLADSON CAMELI (PP-AC)
- 86-RUBENS OTONI (PT-GO)
- 87-EUGÊNIO RABELO (PP-CE)
- 88-CLEBER VERDE (PRB-MA)
- 89-ANTÔNIO CARLOS BIFFI (PT-MS)
- 90-ANSELMO DE JESUS (PT-RO)
- 91-CHICO LOPES (PCdoB-CE)
- 92-GILMAR MACHADO (PT-MG)
- 93-FERNANDO MELO (PT-AC)
- 94-EDMILSON VALENTIM (PCdoB-RJ)
- 95-GUSTAVO FRUET (PSDB-PR)
- 96-PEDRO EUGÊNIO (PT-PE)
- 97-ANÍBAL GOMES (PMDB-CE)
- 98-VALTENIR PEREIRA (PSB-MT)
- 99-OSVALDO REIS (PMDB-TO)
- 100-EDUARDO SCIARRA (DEM-PR)
- 101-PINTO ITAMARATY (PSDB-MA)
- 102-EDUARDO GOMES (PSDB-TO)
- 103-EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ)
- 104-ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG)
- 105-JOÃO PAULO CUNHA (PT-SP)
- 106-CARLOS ZARATTINI (PT-SP)
- 107-TADEU FILIPPELLI (PMDB-DF)
- 108-FERNANDO MARRONI (PT-RS)
- 109-JOÃO MAGALHÃES (PMDB-MG)
- 110-JÚLIO DELGADO (PSB-MG)
- 111-EDUARDO LOPES (PSB-RJ)
- 112-RIBAMAR ALVES (PSB-MA)
- 113-MARCELO CASTRO (PMDB-PI)
- 114-DR. NECHAR (PV-SP)
- 115-PAES LANDIM (PTB-PI)
- 116-LEONARDO VILELA (PSDB-GO)
- 117-GONZAGA PATRIOTA (PSB-PE)
- 118-PEDRO NOVAIS (PMDB-MA)
- 119-PAULO ROCHA (PT-PA)
- 120-ÁTILA LINS (PMDB-AM)
- 121-JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PR-BA)
- 122-MÁRCIO MARINHO (PR-BA)
- 123-ANTONIO CARLOS CHAMARIZ (PTB-AL)
- 124-NARCIO RODRIGUES (PSDB-MG)
- 125-EDUARDO DA FONTE (PP-PE)
- 126-FELIPE BORNIER (PHS-RJ)
- 127-JOSÉ MAIA FILHO (DEM-PI)
- 128-LÁZARO BOTELHO (PP-TO)
- 129-AFONSO HAMM (PP-RS)
- 130-OTAVIO LEITE (PSDB-RJ)
- 131-WALTER IHOSHI (DEM-SP)
- 132-MARCOS MONTES (DEM-MG)
- 133-DOMINGOS DUTRA (PT-MA)
- 134-WALDIR MARANHÃO (PP-MA)
- 135-JÚLIO CESAR (DEM-PI)
- 136-MARCONDES GADELHA (PSB-PB)
- 137-WILSON SANTIAGO (PMDB-PB)

138-MARCELO SERAFIM (PSB-AM)
139-ARMANDO ABÍLIO (PTB-PB)
140-SEVERIANO ALVES (PDT-BA)
141-DEVANIR RIBEIRO (PT-SP)
142-SANDRO MABEL (PR-GO)
143-RODRIGO DE CASTRO (PSDB-MG)
144-GERALDO PUDIM (PMDB-RJ)
145-MÁRIO HERINGER (PDT-MG)
146-PROFESSOR SETIMO (PMDB-MA)
147-PAULO HENRIQUE LUSTOSA (PMDB-CE)
148-DR. TALMIR (PV-SP)
149-LEONARDO MONTEIRO (PT-MG)
150-FERNANDO CORUJA (PPS-SC)
151-BERNARDO ARISTON (PMDB-RJ)
152-DUARTE NOGUEIRA (PSDB-SP)
153-MOACIR MICHELETTO (PMDB-PR)
154-SÉRGIO MORAES (PTB-RS)
155-ADEMIR CAMILO (PDT-MG)
156-ULDURICO PINTO (PMN-BA)
157-ANTONIO CRUZ (PP-MS)
158-ZÉ GERARDO (PMDB-CE)
159-RÔMULO GOUVEIA (PSDB-PB)
160-TAKAYAMA (PSC-PR)
161-JORGE KHOURY (DEM-BA)
162-FERNANDO DE FABINHO (DEM-BA)
163-LUIZ BASSUMA (PT-BA)
164-EFRAIM FILHO (DEM-PB)
165-VIGNATTI (PT-SC)
166-RAUL HENRY (PMDB-PE)
167-FÁBIO FARIA (PMN-RN)
168-EDUARDO VALVERDE (PT-RO)
169-FELIPE MAIA (DEM-RN)
170-FERNANDO FERRO (PT-PE)
171-LEO ALCÂNTARA (PR-CE)
172-COLBERT MARTINS (PMDB-BA)
173-CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB-GO)
174-WOLNEY QUEIROZ (PDT-PE)
175-LEANDRO VILELA (PMDB-GO)
176-DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA)
177-SANDES JÚNIOR (PP-GO)
178-NELSON PELLEGRINO (PT-BA)

Assinaturas que Não Conferem

1-NEUDO CAMPOS (PP-RR)
2-CIRO NOGUEIRA (PP-PI)
3-NELSON BORNIER (PMDB-RJ)
4-WELLINGTON ROBERTO (PR-PB)
5-VITAL DO RÊGO FILHO (PMDB-PB)
6-ANDRE VARGAS (PT-PR)
7-MAURÍCIO TRINDADE (PR-BA)
8-WANDENKOLK GONÇALVES (PSDB-PA)
9-BONIFÁCIO DE ANDRADA (PSDB-MG)
10-ABELARDO CAMARINHA (PSB-SP)

Assinaturas Repetidas

- 1-ZÉ GERALDO (PT-PA)
- 2-ALINE CORRÊA (PP-SP)
- 3-EDUARDO LOPES (PSB-RJ)
- 4-JOSÉ FERNANDO APARECIDO DE OLIVEIRA (PV-MG)
- 5-OSMAR JÚNIOR (PCdoB-PI)
- 6-WELLINGTON ROBERTO (PR-PB)

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI****CONSTITUIÇÃO
DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988**.....
**TÍTULO II
DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS****CAPÍTULO I
DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS**

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;

XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;

XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;

XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;

XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;

XIX - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;

XX - ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;

XXI - as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente;

XXII - é garantido o direito de propriedade;

XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;

XXIV - a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;

XXV - no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;

XXVI - a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento;

XXVII - aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar;

XXVIII - são assegurados, nos termos da lei:

a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas;

b) o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas;

XXIX - a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País;

XXX - é garantido o direito de herança;

XXXI - a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do de cujus;

XXXII - o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;

XXXVII - não haverá juízo ou tribunal de exceção;

XXXVIII - é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados:

a) a plenitude de defesa;

b) o sigilo das votações;

c) a soberania dos veredictos;

d) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida;

XXXIX - não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;

XL - a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu;

XLI - a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;

XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;

XLIV - constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;

XLV - nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido;

XLVI - a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes:

- a) privação ou restrição da liberdade;
- b) perda de bens;
- c) multa;
- d) prestação social alternativa;
- e) suspensão ou interdição de direitos;

XLVII - não haverá penas:

- a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX;
- b) de caráter perpétuo;
- c) de trabalhos forçados;
- d) de banimento;
- e) cruéis;

XLVIII - a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado;

XLIX - é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;

L - às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação;

LI - nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei;

LII - não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião;

LIII - ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente;

LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

LVI - são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos;

LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

LVIII - o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei;

LIX - será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal;

LX - a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem;

LXI - ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei;

LXII - a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada;

LXIII - o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado;

LXIV - o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial;

LXV - a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária;

LXVI - ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança;

LXVII - não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel;

LXVIII - conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;

LXIX - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;

LXX - o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por:

a) partido político com representação no Congresso Nacional;

b) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados;

LXXI - conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;

LXXII - conceder-se-á habeas data:

a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;

b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

LXXV - o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença;

LXXVI - são gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei:

a) o registro civil de nascimento;

b) a certidão de óbito;

LXXVII - são gratuitas as ações de habeas corpus e habeas data, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania;

LXXVIII - a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

** Inciso LXXVIII acrescido pela Emenda Constitucional nº 45, de 08/12/2004.*

§ 1º As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

§ 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

** § 3º acrescido pela Emenda Constitucional nº 45, de 08/12/2004.*

§ 4º O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.

** § 4º acrescido pela Emenda Constitucional nº 45, de 08/12/2004.*

CAPÍTULO II DOS DIREITOS SOCIAIS

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

** Artigo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 26, de 14/02/2000.*

.....
.....

FIM DO DOCUMENTO
